

Notícias Sindicais, 21/10/14

Federação Nacional dos Urbanitários

Em defesa da CHESF, contra a privatização

Trabalhadores urbanitários promoveram na sexta-feira dia 17, ato público em defesa da CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco).

A atividade ocorreu na sede da Companhia em Recife (PE) e contou com a participação de representantes da CUT, da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), sendo representado pelo presidente, Franklin Moreira, dos movimentos sociais de todos os estados do Nordeste, trabalhadores da CHESF, da CELPE (energia) e da COMPESA (saneamento) – empresas que também sofreram tentativas de privatização no governo FHC -, além de parlamentares.

Na ocasião, dirigentes afirmaram que qualquer iniciativa que aponte para a privatização da empresa será combatida com muita mobilização e luta. “Foi um importante ato onde pudemos evidenciar o papel da CHESF na valorização da região Nordeste, no desenvolvimento econômico e social do Brasil. E nossa posição é clara: estaremos sempre mobilizados para barrar a privatização da CHESF e defender o patrimônio do povo brasileiro”, declarou o secretário-adjunto de Saúde do Trabalhador da CUT, Eduardo Guterra.

Em consonância com a fala de Guterra, o presidente do Sindicato dos Urbanitários de Pernambuco, José Gomes Barbosa (Barbosinha), ressaltou que “o ato foi em defesa do desenvolvimento do Brasil, do patrimônio do povo brasileiro e do povo nordestino.”

Geração de energia e desenvolvimento – A Companhia Hidrelétrica do São Francisco emprega cerca de cinco mil trabalhadores e é considerada um símbolo do desenvolvimento do Nordeste.

Integrante do Setor Elétrico Brasileiro, é subsidiária da Eletrobrás e tem como atividade principal a geração, a transmissão e a comercialização de energia elétrica.

Compõem o sistema 14 hidrelétricas com potência total de 10.615.131Kw. A maioria das usinas está localizada no Rio São Francisco.

A CHESF também possui um dos maiores sistemas de transmissão de energia elétrica em alta tensão do Brasil. São mais de 18 mil quilômetros de linhas em operação. O sistema interliga os estados do Nordeste e une a região aos sistemas das regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

Em 2013, a Companhia obteve patrimônio líquido superior a R\$ 11 milhões e receita operacional bruta de quase R\$ 5 milhões.

Privatização era regra do jogo – no governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foram inúmeras as tentativas de privatização de empresas públicas. E com a CHESF não foi diferente. Neste caso, o caminho adotado por FHC foi o de dividir a empresa em três, o que facilitaria a privatização.

Os trabalhadores foram para o enfrentamento e derrotaram FHC. O ex-presidente então adotou uma estratégia diferente: começou a sucateá-la, deixando de fazer os devidos investimentos, ou seja, enfraqueceria a empresa para depois vendê-la. Os trabalhadores novamente se mobilizaram e impuseram uma nova derrota ao governo FHC.

“Nós, trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, não podemos permitir a volta de um governo neoliberal ao poder, que privatiza, sucateia e desemprega milhões. Por isso, lutamos em defesa dos avanços dos últimos doze anos”, destacou o presidente do Sindicato dos Urbanitários de Pernambuco. “Não queremos o retrocesso, queremos mais avanços, mais conquistas e isso só será possível com a continuidade do projeto democrático-popular iniciado por Lula e ampliado pela presidenta Dilma, projeto este que ajudamos a construir e que defendemos”, complementou .

Fonte: CUT-PE

Portal da CUT

Centrais cobram do STF debate sobre terceirização

CUT, CTB, Força Sindical e Nova Central ingressaram com pedido para participarem de processo que define contratação de terceirizados na atividade-fim

Escrito por: Luiz Carvalho • Publicado em: 19/10/2014

A CUT e as centrais sindicais CTB, Força Sindical e Nova Central enviaram ao Supremo Tribunal Federal (STF), na última quinta-feira (15), um pedido para ingressarem como *amicus curiae* em processo que julgará a terceirização na atividade-fim.

O termo significa “amigo da corte” e permite a participação de entidades que não são parte na ação, mas tem interesse sobre o tema e contribuições a oferecer.

A medida refere-se ao Agravo em Recurso Extraordinário (ARE) 713211, proposto pela empresa Cenibra. A companhia questiona a decisão da Justiça do Trabalho de impedir a terceirização na atividade principal (atividade-fim) após denuncia, em 2001, do Sindicato dos

Trabalhadores nas Indústrias de Extração de Madeira e Lenha de Capelinha e Minas Gerais ser confirmada em fiscalização do Ministério Público.

O órgão constatou que 11 empresas do grupo mantinham 3.700 trabalhadores em situação considerada ilegal pela legislação trabalhista.

Mesmo com decisões do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais e do Tribunal Superior do Trabalho favoráveis ao sindicato e ao Ministério Público, o STF admitiu que o caso fosse julgado como uma ARE.

Isso significa que não é mais a questão específica que está em pauta, mas sim se a terceirização sem limites na atividade principal será permitida, decisão que irá referendar os demais julgamentos no país.

Com o *amicus curie*, além de serem ouvidas no processo, as centrais sindicais cobram a realização de uma audiência pública e a liberdade de indicarem especialista que comprovem as consequências da contratação de terceirizados sem qualquer regulação. A decisão cabe agora ao relator da matéria, o ministro Luiz Fux.

Terceirização = condição indigna

As centrais sustentam que a terceirização, ao contrário do que alegam as empresas, tem como objetivo a redução de custos em 85,6% dos casos, e não a realização de um serviço especializado, conforme comprova uma pesquisa divulgada neste ano pela própria Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A diminuição de custos, por sua vez, se aplica por meio de condições degradantes de trabalho como a redução do nível salarial, o aumento da jornada de trabalho e da taxa de rotatividade. Um levantamento do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), atualizado em 2014, mostra que o salário dos terceirizados é 24,7% menor em comparação aos contratados diretos (média de R\$ 1.776,78 contra R\$ 2.361,15), a jornada é superior em, pelo menos, três horas semanais, e o tempo no emprego 53,5% inferior (2,7 anos para os terceirizados e 5,8 anos para os contratados diretos).

Conforme observam as centrais, a contratação terceirizada, que emprega cerca de 12,7 milhões de trabalhadores, o equivalente a 28,6% do mercado, também é um terreno de ocorrência frequente de calotes, especialmente ao término do contrato, principalmente pela ausência de mecanismos jurídicos eficientes para responsabilizar a empresa ou ente público que se beneficia desse modelo de contratação.

Além de setor onde ocorrem os maiores índices de acidentes e mortes por conta de treinamento inexistente ou insuficiente e gestão menos rigorosa da saúde e segurança no trabalho.

Dados obtidos a partir do total de ações do Departamento de Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae) do Ministério do Trabalho e Emprego apontam ainda que, dos 10 maiores resgates de trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão nos últimos quatro anos, 90% eram terceirizados.

Por fim, as centrais alertam que o processo de terceirização, já no estágio atual, pulveriza o sistema sindical e, dessa forma, interfere na capacidade de negociações coletivas e no sistema de representação dos trabalhadores.

Debate no Congresso

A decisão da Cenibra de levar a discussão à Justiça foi a forma que os empresários encontraram para lutar pela terceirização sem limites após a mobilização da classe trabalhadora impedir a aprovação do Projeto de Lei (PL) 4330/2004.

A resistência do movimento sindical fez com que uma mesa quadripartite fosse instalada, com participação das centrais, empresários, governo federal e parlamentares, e barrasse o PL patronal.

O texto parado no Congresso Nacional travou na mesa de negociação por conta de cinco pontos considerados prioritários para os trabalhadores: a proibição da terceirização na atividade-fim, a obrigatoriedade de a empresa informar previamente aos trabalhadores sobre terceirização; a representação sindical pela categoria predominante; a responsabilidade solidária da empresa contratante em casos de calote das terceirizadas e a igualdade de direitos entre terceirizados e contratados diretos.

Secretária de Relações do Trabalho da CUT, Maria das Graças Costa, critica o desvio do debate para o Congresso, mas aponta que o Judiciário não pode abrir mão de ouvir quem defende os interesses dos trabalhadores. "Faremos a defesa da classe trabalhadora com argumentos e provas que mostrem o risco que a terceirização na atividade-fim trará ao mercado de trabalho brasileiro, tendo em vista os mais de 20 mil processos no TST (Tribunal Superior do Trabalho) sobre direitos que foram negados aos trabalhadores com essa forma de contratação", destaca.

Além disso, a CUT também orientará os ramos e confederações para que também ingressem com *amicus curiae*, fará visitas aos ministros para discutir a questão e já solicitou audiências com o relator Fux e o presidente do STF, Ricardo Lewandowski.

As movimentações nos bastidores virão acompanhadas de mobilizações populares. "Faremos o que sabemos fazer, paralisações, manifestações públicas, o que for necessário. Só não podemos deixar que a vida de 40 milhões de trabalhadores seja atingida por um modelo de precarização para favorecer os patrões", disse a dirigente.

Terceirização eleitoral

No modelo atual de financiamento das campanhas eleitorais, o dinheiro das empresas é fundamental para as propagandas dos candidatos. Portanto, é natural que o tema da terceirização, uma das prioridades para a CNI, esteja na pauta dos candidatos.

Enquanto a presidenta Dilma Rousseff (PT), disse não ter sido eleita para retirar direitos dos trabalhadores, a candidata Marina Silva (PSB) trouxe em seu programa de governo a indicação de "o número elevado de disputas jurídicas sobre a terceirização de serviços, com o argumento de que as áreas terceirizadas são atividades fins das empresas, gera perda de eficiência."

Marina agora apoia Aécio Neves (PSDB), que no início de abril, em discurso para empresários do setor de turismo, defendeu mexer na legislação para ampliar a contratação temporária.

Apesar de seu programa de governo não trazer nada sobre o tema, o passado do tucano dá pistas de qual caminho deve seguir, caso eleito. Como senador, em abril de 2011, defendeu o Simples Trabalhista, um projeto que rebaixava o FGTS, permitia o parcelamento do 13º em até seis vezes e o fracionamento das férias em até três períodos.

O programa também permitia a sobreposição do negociado sobre o legislado, assim, uma empresa poderia pressionar os trabalhadores para que aceitassem acordos, mesmo fossem de encontro ao que diz a CLT.

Aécio votou ainda contra a jornada de trabalho e 40 horas semanais, contra o adicional de hora extra de 100%, pela possibilidade de contratação dos servidores públicos sem concurso e a favor do Fator Previdenciário.

Portal da CUT

Conselho da Petros delibera sobre aposentados

Reunião dia 22 trata sobre pagamento dos níveis aos aposentados e pensionistas

Escrito por: FUP • Publicado em: 20/10/2014

O Conselho Deliberativo da Petros se reúne no próximo dia 22 para deliberar sobre o pagamento dos três níveis que foram garantidos pela FUP e seus sindicatos a mais de 34 mil aposentados e pensionistas do Plano Petros. Após a reunião do Conselho, a FUP se reunirá com a diretoria da Petros e com a Petrobrás para definir o cronograma de implementação dessa importante conquista.

Após dez anos de luta, os aposentados e pensionistas, finalmente terão a correção de seus benefícios, após a FUP garantir no Acordo Coletivo a extensão dos níveis recebidos pela ativa em 2004, 2005 e 2006. A Cláusula 181 do Acordo Coletivo já havia assegurado o pagamento dos níveis para cerca de 3.000 aposentados e pensionistas, cujas ações na justiça já estavam em processo de execução, após transitadas em julgado. Faltava estender essa grande conquista para os outros assistidos do Plano Petros.

Apesar dos pareceres jurídicos da Petros contrários à extensão dos níveis para os demais aposentados e pensionistas, FUP mobilizou suas bases em um grande ato nacional de lançamento da campanha salarial, no último dia 02, e priorizou esta bandeira nas negociações com a Petrobrás. A pressão surtiu efeito, garantindo, na luta, a extensão dos níveis para mais 34.460 assistidos do Plano Petros, com pagamento retroativo a 01/09/2013. A incorporação dos três níveis significará um reajuste de até 12,49% na renda total dos aposentados e pensionistas. Uma conquista histórica da FUP e de seus sindicatos, que jamais abandonaram essa bandeira de luta.

Portal da CUT

Sindicatos fazem atos para denunciar ameaças concretas ao Banco do Brasil, à Caixa e ao BNDES

Bancários lembram: quando tucanos falam em 'profissionalizar' bancos públicos, é o primeiro passo da privatização

Escrito por: Isaías Dalle • Publicado em: 20/10/2014

Mário Covas, quando governador de São Paulo pelo PSDB, comprometeu-se, por escrito, a manter o Banespa sob controle público. Enviou carta a todos os trabalhadores do então mais importante banco público do Estado de São Paulo garantindo isso. José Serra, na mesma função, fez

igual promessa em relação à Nossa Caixa Nosso Banco, a segunda mais importante instituição financeira pública paulista.

Trecho da carta de Mário Covas, datada de novembro de 1994, diz: "Meu compromisso é resgatar a grandeza e a tradição do Banespa (...) No meu governo, o Banespa terá uma diretoria profissionalizada e séria" (grifo nosso).

Serra reuniu-se com uma comissão de dirigentes sindicais bancários, pouco antes de colocar a Nossa Caixa à venda, dizendo que não a venderia.

Mas os dois bancos foram vendidos pelos ex-governadores do PSDB. O Banespa foi parar nas mãos do espanhol Santander em 2000 e a Nossa Caixa só não teve destino semelhante porque o governo Lula, em 2008, logo após o estouro da crise econômica internacional, decidiu comprá-lo por intermédio do Banco do Brasil.

Você acredita?

Esses e outros episódios recentes da história brasileira foram rememorados na tarde desta segunda, 20, em manifestações de rua organizadas por bancários, em diferentes cidades brasileiras, para denunciar o risco concreto representado pela mais recente proposta tucana de "profissionalizar" os bancos públicos, como vem dizendo o candidato do PSDB à Presidência.

Armínio Fraga chegou a dizer, quando defendeu a revisão do modo como atuam os bancos públicos, que não sabe bem "o que vai sobrar no final da linha, talvez não muito". Fraga foi indicado por Aécio para ser seu ministro da Fazenda, caso vença a eleição.

Na capital de São Paulo, os bancários iniciaram sua mobilização diante da agência do Banco do Brasil na rua São Bento, centro velho da cidade. Entre um breve discurso e outro, os manifestantes caminharam em direção a antigo prédio do Banespa, diante da Bolsa de Valores, e encerraram o ato nas proximidades do Pátio do Colégio. Tudo entre meio-dia e 14h, período de intenso fluxo de pessoas pelos calçadões.

Juvândia Moreira Leite, presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, lembrou que toda a vez que os tucanos falam em "profissionalizar", "rever" ou "agilizar", esvaziam a empresa ou o órgão público, tornam-no menos eficaz e, em seguida, vendem.

Ferramenta de desenvolvimento

"O candidato deles começou afirmando que ia rever o papel dos bancos públicos. Percebeu que pegou mal, porque eles sabem agora que o povo reconhece o papel das empresas e dos bancos públicos, e passou a falar em profissionalização. Quando o Covas falou isso, deu no que deu", disse.

Presidente nacional da CUT, o também bancário Vagner Freitas advertiu que quando um banco ou uma empresa pública é vendido para a iniciativa privada, quem passa a mandar nele não foi eleito pelo povo.

Em 2008, recordou Vagner, quando a crise econômica internacional teve início, os bancos privados retiraram dinheiro da praça e passaram a dificultar ainda mais o acesso das pessoas ao crédito. "Se tivesse dependido só deles, o dinheiro teria sumido e aí sim, o Brasil ia entrar em crise, porque a produção ia parar". Por outro lado, completou o presidente da CUT, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica ampliaram a oferta de crédito, especialmente para produtos populares, como material de construção, e ainda entraram firme no financiamento de grandes projetos como o Minha Casa, Minha Vida.

Os dirigentes também lembraram que a venda do Banespa resultou em desemprego. Meses depois da privatização, 9 mil vagas diretas já haviam sido eliminadas, sem falar no desemprego gerado posteriormente em função do corte de investimentos.

"O Banespa atuava aqui em São Paulo e financiava projetos de infraestrutura. Sem ele, perdeu-se um instrumento público de desenvolvimento", destacou a dirigente sindical Rita Berlofa, que trabalhou no banco vendido ao Santander.

Por falar em infraestrutura, a maioria que se revezou ao microfone lembrou o problema da falta d'água que atinge a capital e que, nos próximos dias, deve inviabilizar de vez, e por tempo indeterminado, a higiene pessoal dos paulistanos. "A última obra de porte realizada na Cantareira, de onde vem parte da água consumida por nós, foi feita na década de 1980. Os tucanos estão aí há 20 anos e nada investiram", lembrou Vagner Freitas.

Portal da UGT

Santander é condenado por assédio moral a funcionário

20/10/2014

O Banco Santander (Brasil) S/A foi condenado nesta sexta-feira (17), pela Justiça do Trabalho, ao pagamento de indenização por danos morais, pensão e custeio de tratamento de saúde e odontológico a um ex-bancário que sofreu humilhações e assédio moral diante dos colegas de trabalho.

A decisão é da 5ª Vara do Trabalho de Porto Velho e a reclamada terá 30 dias para comprovar recolhimento das contribuições previdenciárias, sob pena de multa diária em R\$ 200 por dia até o limite de R\$ 60 mil.

De acordo com a sentença do juiz do trabalho substituto Jobel Amorim das Virgens Filho, "a conduta de produzir sofrimento e lesão à autoestima das pessoas, é totalmente repudiada no ambiente do trabalho e na vida em sociedade".

Em depoimento, testemunha afirmou que outros empregados presenciaram o gerente geral chamando o reclamante de "burro" entre outras formas de pressão e constrangimento. Esse assédio decorreu da cobrança excessiva ao reclamante, com episódios de xingamentos do gerente geral (empregado mais jovem e de maior hierarquia).

Uma testemunha arrolada pelo próprio Banco declarou no seu depoimento que já presenciou a chefia falando ao funcionário: 'se você não consegue cumprir as metas isso aqui não é para você'; a depoente, o reclamante e outros empregados também ouvem, frequentemente, a expressão 'se não der para você, pede para sair'.

Pelo assédio moral, o juiz determinou a compensação por danos morais no valor de R\$ 80 mil e por decorrência de doença ocupacional a compensação ao reclamante no valor de R\$ 100 mil.

O banco foi condenado ainda ao custeio do médico e fisioterápico do reclamante, no valor de R\$ 30 mil, além do pensionamento em cota única.

A reclamada deverá comprovar, em 30 dias do trânsito em julgado da decisão e da apuração respectiva, o recolhimento das contribuições previdenciárias decorrentes da presente decisão, sob pena de multa diária de R\$ 200 limitada a R\$ 60 mil.

Segundo o tribunal, o quadro narrado pelas testemunhas revelam assédio moral estratégico, utilizado como mecanismo de determinadas empresas para forçarem os empregados a se demitirem.

"Expressões do tipo 'pede para sair' que ganhou espaço na mídia com a personagem do Capitão Nascimento no filme tropa de elite, podem ter duvidosa aplicação na seara militar, mas revelam-se imprestáveis para promover um ambiente de trabalho seguro e sadio, no âmbito de uma instituição bancária", diz a decisão.

Procurado, o banco Santander afirmou que não comenta assuntos de justiça.

Fonte: IG

Portal da UGT

GM pretende demitir até 500 trabalhadores

20/10/2014

A crise na GM (General Motors) poderá levar à demissão de, pelo menos, 500 funcionários da unidade de São Caetano do Sul (Grande SP).

O anúncio teria sido feito pela empresa, em reunião com a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos local.

O motivo seria um excedente atual de mil metalúrgicos, segundo a montadora. De acordo com o sindicato, para adequar a quantidade de trabalhadores às necessidades da fábrica, a montadora propôs cortar entre 400 e 500, e afastar temporariamente os demais.

Fonte: Agora

Portal da CSB

Indústria se recupera e emprego formal gera 123,7 mil vagas em setembro

Mês teve o 2ª melhor desempenho de admissões da série histórica do Caged, com destaque para a reação do setor industrial que gerou 24.837

Dados do Cadastro-Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados nesta quarta-feira (15) pelo ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, demonstram que foram gerados em setembro 123.785 empregos celetistas, um crescimento de 0,30% em relação ao estoque do mês anterior. O mês teve o segundo melhor desempenho de admissões da série histórica do Caged, com destaque para a reação do setor industrial que gerou no mês 24.837, ante os saldos negativos que vinha apresentando nos meses anteriores. No acumulado do ano, o emprego cresceu 2,23%, um acréscimo de 904.913 novas vagas formais. Nos últimos 12 meses, o aumento foi de 569.363 postos de trabalho, correspondendo à elevação de 1,46%.

Para o ministro Manoel Dias, o resultado de setembro demonstra um reaquecimento da economia, principalmente pelo desempenho do setor industrial. Segundo o ministro, a produção para abastecimento do mercado para o final do ano vai impulsionar a geração de vagas nos próximos meses. "Diante de um mundo que desemprega, nós estamos bem e continuamos gerando emprego, o que é positivo. No acumulado do ano, somadas as 123 mil vagas de setembro, geramos cerca de 900 mil novas vagas e a expectativa é de gerarmos 1 milhão de vagas em 2014", avaliou.

Além da reação do setor industrial, que aponta para uma inversão da trajetória declinante do emprego industrial iniciada em abril último, seis dos oito setores da economia evidenciaram expansão no nível de emprego, com destaque para o setor de Serviços (+62.378 postos ou + 0,36%) e o Comércio (+36.409 postos ou +0,40%). A Construção Civil gerou 8.437 postos ou +0,26%) demonstrando uma reação em relação aos meses anteriores, ao registrar o melhor desempenho desde março de 2014.

A elevação do emprego na Indústria de Transformação derivou-se da expansão do emprego em seis dos doze ramos, com os maiores saldos observados na Indústria de Produtos Alimentícios (+27.802 postos), Indústria Química (+2.585 postos), e Indústria Têxtil (+1.926 postos). O setor da Agricultura, por razões sazonais, apresentou uma redução de postos de trabalho (-8.876 postos), porém mostrou arrefecimento quando comparado a setembro de 2013 (-10.169 postos).

Numa análise geográfica, os dados do Caged demonstram o crescimento do emprego em praticamente todas as unidades da federação, com destaque para Pernambuco (+21.971 postos) e Alagoas (+13.748 postos), cujos desempenhos estão relacionados a fatores sazonais vinculados às atividades do complexo sucroalcooleiro, Rio de Janeiro (+12.686 postos), Paraná (+11.547 postos) e São Paulo (+11.343 postos). Em apenas quatro estados houve redução de emprego: Rondônia (-917 postos), Minas Gerais (-840 postos), Piauí (-401 postos) e Acre (-90 postos).

Nas áreas metropolitanas o emprego cresceu 0,32% em setembro, equivalente a geração de +53.708 postos de trabalho. Este resultado decorreu da expansão em todas as 9 áreas metropolitanas, com destaque para São Paulo (+ 14.785 ou + 0,22%) e Rio de Janeiro (+10.313 postos ou + 0,35%)

Salário de admissão - De janeiro a setembro de 2014, os salários médios de admissão revelaram um aumento real de 1,26%, em relação ao mesmo período de 2013, ao passarem de R\$ 1.165,64 em 2013, para R\$ 1.180,36 em 2014. O aumento real do salário médio de admissão obtido pelos homens foi de 1,17%, frente ao aumento de 1,74% para as mulheres, tendo a relação entre o salário real médio de admissão feminino versus masculino aumentado de 85,82% em 2013 para 86,30% em 2014, indicando uma redução na diferença dos salários auferidos pelas mulheres frente aos percebidos pelos homens. No período de 2003 a 2014, os dados mostram uma tendência de crescimento nos salários médios reais de admissão, em nível nacional, ao terem passado de R\$ 812,76 em 2003 para R\$ 1.180,36 em 2014, representando um aumento real de 45,23%.

Fonte: Portal MTE

Portal Mundo Sindical

Portaria 326/2013 do Ministério do Trabalho - Sindicato, fique atento

Olá, como vai?!

Com o advento da Portaria 326/2013 do Ministério do Trabalho, muitos sindicatos foram surpreendidos com o nascimento de novos sindicatos em sua base, pois com a vida atribulada do dirigente sindical na defesa dos interesses da categoria que ele se dispôs a representar, muitas vezes o sindicato só toma conhecimento do fato quando o registro sindical da nova entidade sai publicado no Diário Oficial. Só que aí muitas vezes já é tarde para evitar o transtorno para a categoria, que acaba impossibilitada de fazer uma ação preventiva.

Diante desse fato e da necessidade de informação, é que passamos a oferecer serviço de monitoramento diário dos editais de fundação, eleições, extensão de base, dissídio e outros editais de assembleia publicados nos jornais de grande circulação.

O serviço é feito mediante assinatura por adesão e o sindicato passa a receber diariamente, via e-mail, todos os editais publicados naquele dia, que também fica arquivado em nosso Portal para que possa ser pesquisado e acessado a qualquer tempo.

O valor da assinatura mensal é de apenas R\$ 250,00. Se você tiver interesse em monitorar a sua base diariamente, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em lhe atender.

Telefone: (11) 5533-2001 para a grande São Paulo, 0800-771-1971 para as demais localidades, por e-mail: sandra@mundosindical.com.br ou acesse nosso site e faça o cadastro on-line.

[http://mundosindical.com.br/cadastro.aspx?idc=\[idc\]](http://mundosindical.com.br/cadastro.aspx?idc=[idc])

Fonte: Mundo Sindical - 17/10/2014

DIEESE

NT nº 141 - Professores da educação básica

A partir de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, são mostradas as alterações no perfil dos docentes da educação básica da rede estadual e municipal, entre 2002 e 2013. Dados como sexo, faixa etária, cor/raça, remuneração, entre outros, são tratados no texto.

Portal Mundo Sindical

Milhares de trabalhadores protestam contra cortes em Londres

Dezenas de milhares de trabalhadores protestaram na tarde de sábado, no centro de Londres, sob o lema "O Reino Unido precisa de um aumento de salário". A passeata, que coincidiu com outras em Glasgow e em Belfast, faz parte de uma onda de protestos por parte dos trabalhadores do setor público, cujo poder aquisitivo está em seu pior momento desde o início da crise econômica mundial em 2008, segundo os sindicatos que organizam a manifestação.

Na semana passada, enfermeiras e enfermeiras-parceiras fizeram greve em protesto contra a decisão do Governo de não aumentar o salário dos funcionários da saúde pública. Técnicos de radiologia e agentes carcerários estão convocados a uma paralisação nesta semana. Mas no sábado, na marcha que passou diante do Parlamento, em Westminster, e terminou no Hyde Park, também havia professores, funcionários de limpeza, policiais, bombeiros, pensionistas e até ativistas contra armamentos nucleares. Todos marcharam juntos contra as consequências do programa de cortes e austeridade aplicado em outubro de 2010 pelo Governo de David Cameron, uma coalizão de conservadores e liberais democratas, com fortes cortes nos ministérios para fazer frente à crise.

Segundo os sindicatos, os salários caíram 50 libras (196 reais) por semana em termos reais desde 2007, e há 5 milhões de pessoas no país ganhando menos que um salário mínimo. De acordo com um estudo da fundação New Economics, no último ano as famílias britânicas sofreram uma queda de 15% em seu poder aquisitivo, e os salários estão sem reajuste com a inflação desde 2008.

"Depois da redução de salários mais longa e profunda de que se tem memória, está na hora de a grande maioria poder aproveitar a recuperação econômica", disse Frances O'Grady, secretária-geral do sindicato TUC.

Em clima de festa, ao ritmo de tambores, trompetes e vuvuzelas, os manifestantes pediam que "salvem a saúde pública" e exigiam que "os parasitas super-ricos paguem seus impostos".

O secretário-geral do sindicato Unite, Leon McCluskey, acusou o Governo de "desmantelar e destruir" cada uma das conquistas dos trabalhadores desde 1945. E exigiu da oposição trabalhista uma "clara alternativa socialista". Um terço dos habitantes de Londres vive na pobreza e dois terços deles têm emprego, escreveu no Twitter o deputado trabalhista Sadiq Khan.

Fonte: Pablo Gusmón/El País - 20/10/2014

Portal Mundo Sindical

Pilotos da Lufthansa anunciam nova paralisação

Os pilotos da maior companhia aérea europeia anunciaram uma greve de 35 horas para esta segunda e terça-feira. Trata-se da oitava greve desde abril. Enquanto isso, maquinistas alemães voltam a trabalhar na segunda-feira.

Neste domingo (19/10), os pilotos da Lufthansa, representados pelo sindicato Cockpit, anunciaram em Frankfurt que sua próxima greve vai acontecer das 13h desta segunda-feira (hora local) até as 23h59 (hora local) da terça-feira.

Os pilotos e a administração da companhia aérea se encontram em disputa em torno de benefícios de aposentadoria. A Lufthansa quer que os seus pilotos se aposentem mais tarde do que acontece atualmente.

"O objetivo da greve é um novo acordo coletivo para todo o pessoal de cockpit", afirmou o sindicato em sua página de internet neste domingo, acrescentando que os membros do sindicato "lamentam as inconveniências para os passageiros."

A greve vai afetar voos de curta e média distância partindo de aeroportos alemães. Trata-se da oitava greve dos pilotos da maior companhia aérea europeia desde abril. "É triste que tenhamos de fazer greve pela oitava vez", declarou o porta-voz do sindicato Cockpit, Markus Wahl.

Na semana passada, o sindicato manteve em terra durante 12 horas as aeronaves da Germanwings, subsidiária da Lufthansa. Na ocasião, cem voos foram cancelados, mais de 13 mil passageiros foram afetados.

O anúncio do início da greve dos pilotos da Lufthansa coincide com o fim da paralisação de 50 horas convocada pelo Sindicato de Maquinistas da Alemanha (GDL). A greve dos maquinistas deverá se encerrar às 4h desta segunda-feira.

Retorno dos trens

Neste domingo, o GDL anunciou não convocar mais nenhuma greve ao menos nos próximos sete dias. A atual greve dos maquinistas provocou a paralisação de cerca de dois terços dos trens de longa distância operados pela empresa ferroviária alemã Deutsche Bahn (DB).

"Acredito que vamos dialogar ao longo da próxima semana, enquanto isso, vamos fazer uma pausa de ao menos sete dias", afirmou o presidente do GDL, Claus Weselsky, à emissora pública

ZDF neste sábado. Indagado se era correto por parte do GDL iniciar uma greve justamente no fim de semana que marca o início ou o fim das férias escolares de outono em muitos estados alemães, Weselsky disse que nas ferrovias alemãs "sempre é hora de pico sete dias por semana". Ele acrescentou que o sindicato estaria, simplesmente, à espera de uma "oferta negociável".

Além dos trens de longa distância, a greve também afetou o transporte ferroviário regional e municipal, como também o transporte de cargas na Alemanha.

Fonte: CA/rtr/dpa - 20/10/2014

Organizado por Ernesto Germano